

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Abertura

A Estação Ecológica de Xitué está encravada na porção norte do Parque Estadual Intervales (PEI), formando um contínuo florestal onde é difícil identificar as divisas entre uma unidade e outra, exceto após grande conhecimento de campo. Além disso, se for considerado o desenho resultante dos perímetros das duas unidades, aumenta a importância da Estação Ecológica para o Mosaico de Paranapiacaba, uma vez que Xitué localiza-se exatamente na faixa mais estreita do PE Intervales. A extensa área contígua de florestas maduras que compõe o chamado contínuo ecológico de Paranapiacaba foi decretada como Mosaico de Paranapiacaba em 2012, por meio do Decreto 50.148/2012. O Mosaico de Paranapiacaba, além da EEC Xitué e do PEI, é composto pelo Parque Estadual Carlos Botelho, pelo Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), pelo recém-criado Parque Estadual Nascentes do Paranapanema (PENAP) e pela APA Serra do Mar (ver mapa das Unidades de Conservação das Regiões do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema).

A EEC Xitué não possui equipe alocada e infraestrutura no interior do seu território. Este fato, aliado à dificuldade de acesso faz com que a sua gestão se resume a ações de fiscalização desenvolvidas pelas equipes do PEI. Os demais programas de manejo não são desenvolvidos embora algumas atividades ligadas à pesquisa e educação ambiental sejam esporadicamente realizadas, em geral relacionadas ao Parque Estadual Intervales.

Esta proximidade, tanto física quanto operacional, fez com que a gestão da EEC Xitué estivesse totalmente relacionada à gestão do Parque Estadual Intervales, desde sua criação, simultânea à incorporação da Fazenda Intervales pela Fundação Florestal no início de 1987.

Em função desta realidade, o plano de manejo da EEC Xitué tem como foco principal, a viabilização da gestão integrada ao PEI, visando a otimização de recursos materiais e financeiros e uma melhor proteção dos recursos naturais.

Importante destacar que a partir de outubro de 2013, o Conselho Consultivo do PE Intervales passou a funcionar como “Conselho Consultivo Conjunto do Parque Estadual Intervales e da Estação Ecológica Xitué”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O Anexo 1 traz a Portaria nº 279/2013, que dispõe sobre a renovação do Conselho Conjunto e sua composição para o mandato 2014-2015.

## 1.2 Contexto Geral

A Floresta Atlântica é, possivelmente, o domínio mais devastado e ameaçado do planeta (Galindo-Leal e Câmara, 2003), e o estabelecimento de áreas protegidas é uma das mais importantes ferramentas para conservar o que resta da biodiversidade deste bioma. Segundo o Ibama ([http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas<sup>2</sup>](http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas2)), trata-se do bioma brasileiro com menor porcentagem de cobertura vegetal natural. Apesar disso, a Mata Atlântica ainda possui uma importante parcela da diversidade biológica do país, com várias espécies endêmicas e os seus recursos hídricos abastecem população que ultrapassa 120 milhões de brasileiros.

No estado de São Paulo, entre as regiões do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema, uma das áreas mais significativas e bem conservadas é o contínuo ecológico de Paranapiacaba, conjunto de UC que soma cerca de 120.000 ha (Souza et al. 2006), fazendo parte das sete grandes áreas contínuas de Mata Atlântica identificadas no país por Ribeiro *et al.* (2009).

Diante do grande processo de fragmentação sofrido pela Mata Atlântica, a manutenção destes remanescentes florestais se deve à dificuldade de ocupação em decorrência de condições desfavoráveis existentes na região, como relevo montanhoso, declividades acentuadas, solos pobres em nutrientes (oligotróficos) e clima superúmido (Aidar, 2000).

Além do valor como áreas remanescentes, a importância ambiental do contínuo é acentuada pela associação da floresta com o chamado “relevo de exceção”, com sistemas de cavernas que abrigam paisagens subterrâneas únicas, com grande variedade morfológica de espeleotemas e sítios paleontológicos do Quaternário (Karmann e Ferrari, 2002).

Com relação aos aspectos socioambientais, as regiões onde a EEC Xitué e o PE Intervales estão inseridas - Vale do Ribeira e Alto Paranapanema - apesar de terem sido umas das primeiras regiões a sofrerem o processo de ocupação do território paulista, permaneceram fora dos principais eixos de desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, e até os dias de hoje apresentam as menores taxas de urbanização, baixos índices de crescimento populacional, baixa densidade demográfica, predominância de população rural sobre a urbana e os menores índices de desenvolvimento humano do Estado de São Paulo.

O cenário é complexo e dialético: nestas regiões está protegido um dos mais importantes e devastados ecossistemas brasileiros - a Mata Atlântica - onde estão abrigadas comunidades com evidências de tradicionalidade de grande valor sociocultural e histórico e, que ao mesmo tempo, apresentam situação de extrema pobreza, com baixa dinâmica econômica resultante dos altos índices de vulnerabilidade social.

---

<sup>2</sup> Acesso em outubro/2013

### 1.3 O Mosaico de Paranapiacaba

Ao longo das últimas três décadas, pelo menos, a representatividade do contínuo ecológico de Paranapiacaba como uma das áreas mais bem conservadas entre os remanescentes de Mata Atlântica no Brasil foi acentuando-se. Com o amadurecimento das políticas conservacionistas e a consolidação dos espaços especialmente protegidos, quando a criação de unidades de conservação passou a configurar-se como ação prioritária de governo, a concepção dos mosaicos, conforme preconiza o SNUC, também se acentuou. Prova disto são os três mosaicos criados nas regiões do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema: Mosaico do Jacupiranga (2008), Mosaico de Paranapiacaba (2012) e Mosaico da Juréia-Itatins (2013) (ver Mapa Unidades de Conservação das Regiões do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema).

O Mosaico de Paranapiacaba é composto pelos Parques Estaduais Carlos Botelho, Intervalos, Turístico do Alto Ribeira, Nascentes do Paranapanema e a Estação Ecológica de Xitué, além da porção da APA da Serra do Mar que compreende os municípios de Eldorado, Sete Barras, Tapiraí, Juquiá, Ribeirão Grande e Capão Bonito.

A importância ambiental deste contínuo de matas vai além de seus aspectos físico-naturais. Possui importância cultural reconhecida pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) da Secretaria de Estado da Cultura, corroborada pela Resolução nº 40 de junho de 1985, que tomba a Serra do Mar e de Paranapiacaba devido ao seu grande valor paisagístico, incluindo o tombamento no “Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico”, reconhecendo, assim, estreita relação entre paisagem, arqueologia e etnografia.

Este tombamento salienta a importância cultural que estas matas possuem e a sua preservação se faz ainda mais necessária uma vez que os seus aspectos culturais, históricos e arqueológicos ainda estão por serem compreendidos mais profundamente, especialmente por parte da população que o utiliza e/ou que mora em seu entorno, pois:

*“...quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”* (Santos, 2006, p. 81).

O Tombamento consolidou a legislação ambiental de defesa ao patrimônio dessas unidades de conservação, abrindo espaço para o reconhecimento internacional, com a Declaração pela UNESCO, a partir de 1991, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no estado de São Paulo e, posteriormente, reconhecido como Sítio do Patrimônio Natural Mundial da Humanidade.

Instituído pela UNESCO, o Programa “O Homem e a Biosfera” (Man And the Biosphere - MaB), em 1970, concede a algumas áreas do planeta, que se destacam por seu valor ambiental e humano, o título de Reserva da Biosfera.

Cerca de 360 áreas de todo mundo foram contempladas com este título, formando assim uma rede internacional.

As Reservas da Biosfera objetivam uma correta gestão de seus recursos naturais e a busca do desenvolvimento sustentável através da pesquisa científica, da conservação da biodiversidade, da promoção social e da integração dos diversos agentes atuando dentro e ao redor da Reserva (São Paulo, 2010). As unidades de conservação que compõem este contínuo ecológico constituem zonas núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

O Mosaico de Paranapiacaba abrange territórios dos municípios paulistas de São Miguel Arcanjo, Capão Bonito, Ribeirão Grande, Guapiara, Tapiraí, Juquiá, Iporanga, Sete Barras, Apiaí e Eldorado, num território que supera os 400.000 ha. Apresenta um gradiente altitudinal que varia de 30 a 1.200m, desde porções da planície do rio Ribeira de Iguape até as altas vertentes da Serra de Paranapiacaba, nos interflúvios das bacias dos rios Ribeira de Iguape e Paranapanema.

#### **1.4 A Estação Ecológica de Xitué**

A Estação Ecológica de Xitué apresenta um perfil específico em relação às demais unidades de conservação do Mosaico de Paranapiacaba, devido à sua área reduzida. Criada através do Decreto Estadual Nº 26.890 de 1987, a EEc Xitué tem 3.095 hectares localizados integralmente no município de Ribeirão Grande.

Há pouca literatura disponível sobre a Estação Ecológica Xitué e mesmo documentos de planejamento são inexistentes. O único esforço neste sentido foi desenvolvido no trabalho "Evolução Histórica da Implantação e Síntese das Informações Disponíveis sobre a Estação Ecológica Xitué" (Ferraz e Varjabedian, 1999), onde está sistematizada a maior parte das informações disponíveis sobre a área.

##### **1.4.1 Situação Fundiária**

A Estação Ecológica de Xitué está inserida em antigas terras devolutas do Estado, incorporadas entre 1957 e 1958. Foram duas as motivações para tais atos: a proteção dos mananciais, da flora e fauna (Glebas "A" e "B") e a incorporação de terras ao Serviço de Colonização do Estado (Gleba "C").

O Decreto nº 26.890 de 12/03/987 que criou a Estação Ecológica incluiu as três glebas. Atualmente a Gleba "C" é a que exige acompanhamento jurídico permanente, pois a área é reivindicada por terceiros. Segundo a Procuradoria Geral do Estado, o título da referida interessada corresponde a outra área, a Gleba "E", situada fora do perímetro da Estação Ecológica. O processo aguarda realização de serviço topográfico para averiguação precisa dos limites.

### 1.4.2 Aspectos Físicos

A área da Estação Ecológica Xitué está inserida no Domínio Morfoclimático das Regiões Serranas, tropicais úmidas, ou dos “mares de morros” extensivamente florestados, caracterizado por profundo e generalizado horizonte de decomposição de rochas, densa rede de drenagens perenes, mamelonização extensiva, agrupamentos eventuais de “pães de açúcar”, planícies de inundação meândricas e extensos setores de solos superpostos (Ab’Saber, 1970 e 1973).

A região apresenta temperaturas elevadas e períodos de chuva bem definidos, nos meses de verão: dezembro, janeiro, fevereiro e março, alternados com períodos de menor índice de chuva, no inverno.

### 1.4.3 Biodiversidade

A Mata Atlântica original está presente em grande parte do Mosaico de Paranapiacaba, particularmente, nas regiões mais escarpadas. Há extensas áreas densamente vegetadas, denominadas “florestas maduras ou primárias”, caracterizadas pela pouca alteração de caráter antrópico.

A fauna é caracterizada por elevada riqueza de espécies e alto grau de endemismo. A riqueza faunística é representativa do que foram as regiões de Mata Atlântica do sudeste do Brasil. Estão presentes grande número de espécies de aves, pequenos mamíferos, répteis, anfíbios e insetos. Em quantidades menores estão os grandes mamíferos, as aves de rapina e os peixes. Alguns destes grupos foram largamente estudados, havendo levantamentos do número de espécies e estudos comportamentais.

A composição florística, estrutura e dinâmica das populações são apenas parcialmente conhecidas, em decorrência de carência de estudos interdisciplinares e integrados, associados a problemas de infraestrutura e dimensões das unidades de conservação da região do contínuo.

No caso da EEc Xitué os estudos são particularmente escassos. Em função da presença de Florestas Submontanas e de Baixada, a área foi considerada de extrema prioridade para estudos e para conservação, pois a representatividade destas fisionomias vegetais é relativamente pequena no sistema de unidades de conservação da Mata Atlântica. Contudo, assim como as outras unidades de conservação do contínuo ecológico, a Estação Ecológica de Xitué apresenta sérios problemas com a proliferação de bambus e deve ser objeto de pesquisas e ações de manejo urgentes, visando sua recuperação.

Com relação à fauna, esta unidade apresentou uma riqueza surpreendente de espécies ameaçadas, como a criticamente em perigo jacutinga *Aburria jacutinga*. Seria importante avaliar se essas espécies apresentam territórios na área, assim como é necessária uma análise mais abrangente de toda a Estação, para se avaliar se áreas com matas mais maduras estão servindo de fonte de indivíduos para a área amostrada. E o que é mais importante, avaliar, para as espécies detectadas na área e consideradas ecologicamente exigentes, se os

indivíduos encontrados estão estabelecidos ou se a unidade está funcionando apenas como parte da sua área de vida ou até mesmo como um dreno de indivíduos.

A preocupação com a presença de espécies exóticas invasoras é constante e se configura em um dos temas tratados no capítulo de Zoneamento.

Das espécies de mamíferos exóticas presentes no Mosaico de Paranapiacaba, a única independente da presença humana é a lebre, que representa um perigo para o leporídeo nativo, o tapiti *Sylvilagus brasiliensis*.

À época dos levantamentos de campo, na primeira fase deste plano de manejo, em 2006/2007, não foram identificadas espécies da fauna exóticas invasoras, contudo, em 2013, durante vistorias da equipe de guardas-parque do PEI, espécimes de javali *Sus scrofa* em cativeiro foram registrados na zona de amortecimento da Estação Ecológica. Em resposta à ação das equipes de fiscalização e da Polícia Ambiental, os animais foram retirados (ver capítulo de Biodiversidade) e nas vistorias subsequentes da equipe de guarda-parques não foi registrada a presença de *Sus scrofa* no interior da Estação Ecológica de Xitué, ou do Parque Estadual Intervales.

Dai a importância da normativa constante no capítulo de Zoneamento, onde se preconiza que "para espécies exóticas com potencial de bioinvasão, mesmo que não reconhecidas como tal<sup>3</sup>, fica condicionada apresentação de projeto à Fundação Florestal que comprove que não ocorrerá impacto à biodiversidade".

#### **1.4.4 Patrimônio Histórico-Cultural**

De forma geral, tanto o Vale do Ribeira quanto o do Paranapanema eram considerados regiões pouco exploradas, fato que motivou duas grandes expedições da Comissão Geográfica e Geológica entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Desde esse período consolida-se uma relação de alteridade entre a população desses vales e os centros formadores da intelectualidade paulista e paranaense: as pessoas desses vales são os outros, os diferentes. Excluindo a carga de preconceito evolucionista do início do século XX, essa visão ainda hoje persiste e esses vales, em especial o Vale do Ribeira, são tratados como laboratórios antropológicos, onde a diversidade cultural é valorizada.

Desde a década de 1970 há uma grande produção de trabalhos na área de arqueologia. Primeiramente as pesquisas se desenvolvem no Alto Paranapanema, em São Paulo e no Médio Paranapanema, no Paraná, estendendo-se gradualmente para o Baixo Paranapanema. Hoje é possível

---

<sup>3</sup> O reconhecimento, neste caso, se dá pela perspectiva da ciência ou de normativa específica. O Estado de São Paulo ainda não editou a listagem das espécies com potencial de bioinvasão. A intenção da Fundação Florestal, com a exigência de apresentação de projetos técnicos relacionados ao tema, é de contribuir para o aprofundamento da discussão, enquanto aplica o princípio da precaução.

dizer que as pesquisas arqueológicas no Paranapanema estão distribuídas por todas as seções do rio, especialmente na região de Piraju, já no final do Alto Paranapanema.

No Vale do Ribeira as pesquisas arqueológicas começam em fins dos anos 1970. Entre 1980 e meados da década de 1990 diversos trabalhos são desenvolvidos no Médio e Alto Ribeira. No litoral do Baixo Ribeira as pesquisas se intensificaram na década de 1980, com uma produção bastante consistente até hoje.

A análise da literatura permitiu contextualizar as manifestações e os achados culturais, sendo o resultado apresentado na forma de cenários distintos de ocupação humana para a região, abarcando um espectro temporal de aproximadamente 10 mil anos.

#### **1.4.5 Socioeconomia e Vetores de Pressão**

Mesmo que a EEc Xitué seja composta apenas pelo município de Ribeirão Grande, recebe influência dos demais municípios do entorno: Capão Bonito, Iporanga e Eldorado. Destes, os que exercem influência direta sobre a unidade são Capão Bonito e Ribeirão Grande, visto tanto pela presença humana de pequenos agrupamentos de bairros rurais e comunidades como pela existência de atividades econômicas exercidas no entorno da unidade.

Ao sul e contíguos à unidade, nos municípios de Eldorado e Iporanga, não se verifica a presença de agrupamentos humanos e nem a existência de atividades econômicas. O território adjacente à EEc Xitue em Eldorado é ocupado pelo Parque Estadual Intervales e pela Fazenda Nova Trieste<sup>4</sup>, configurando-se como uma área de conservação e proteção, ou seja, de amortecimento entre as atividades humanas e a Estação Ecológica de Xitué.

O desafio de uso e ocupação do solo nessas regiões defronta-se com o desenvolvimento de atividades capazes de gerar renda sem comprometer a conservação dos remanescentes florestais; tanto no Alto Paranapanema, quanto no Vale do Ribeira, as instituições governamentais e não-governamentais investem no turismo como uma das principais perspectivas de sustentação do desenvolvimento regional.

Quanto aos vetores de pressão positivos, são bem menos expressivos que os relacionados às demais unidades de conservação do contínuo ecológico, em parte pela inexistência de uma administração própria da unidade e, por conseguinte, da ausência de um gestor que articule, especificamente, as relações institucionais com os poderes públicos locais e com a sociedade organizada.

---

4 A Fazenda Nova Trieste é a maior propriedade rural do Estado de São Paulo, com uma área de aproximadamente 40.000 ha. Esta área é contígua ao Parque Estadual Intervales com florestas bem conservadas.

Outro fator de importância neste contexto é o processo de esvaziamento populacional e, conseqüentemente, o êxodo rural da maioria dos bairros de Ribeirão Grande no entorno da unidade que vem substituindo as propriedades tradicionais de lavouras e pastagens e, até mesmo de bairros rurais inteiros, por florestas de eucalipto e pinus e por atividades minerárias. Como exemplo tem-se os bairros Barro Branco e Ouro Branco (ao norte da EEc Xitué) que foram extintos, por meio da aquisição de terras pelas empresas mineradoras CCRG (atual Votorantim Mineração) e CBE (grupo João Santos), com reassentamento de parte das famílias para bairro Capoeira Alta, em Ribeirão Grande e mudança de outras famílias para as cidades de Ribeirão Grande e Capão Bonito.

Em contrapartida a esses fatores vê-se um processo de amadurecimento que os municípios vêm vivenciando no âmbito da organização territorial e do desenvolvimento econômico, com a elaboração de seus planos diretores (a exemplo de Capão Bonito), que para a unidade de conservação cria futuros caminhos para uma articulação institucional, no que diz respeito à organização e ao ordenamento do meio rural.

Os atores do entorno da EEc Xitué permitem visualizar um cenário de valorização, com potencial de implantação de atividades que gerem trabalho e renda associados à UC. Empreendimentos como “Paraíso Eco Lodge”, limítrofe à EEc Xitué e a presença do roteiro turístico dos “Encanados” (local de valor histórico cultural) que integra uma das medidas de compensação ambiental da empresa CCRG (Companhia de Cimento Ribeirão Grande) são oportunidades de negócios e estabelecimento de parcerias que buscam o desenvolvimento harmônico com os objetivos de conservação da estação ecológica.

Outra medida se refere ao estudo para a criação e ampliação de unidades de conservação em todo o Mosaico de Paranapiacaba, tendo como base as zonas de amortecimento indicadas nos planos de manejo dos Parques Estaduais Intervales, Carlos Botelho e Turístico do Alto Ribeira.

A partir da indicação de áreas com vocação para conservação dos planos de manejo, foram ensejados dois projetos com o objetivo de explicitar a possibilidade de criação ou ampliação de Áreas Protegidas. São eles o Projeto “Protegendo Nascentes, cavernas e ecótonos: criação e ampliação de unidades de conservação no corredor biológico da Serra de Paranapiacaba” com recursos provenientes do Funbio e o “Projeto de criação de sistema de áreas protegidas do Mosaico de Paranapiacaba” com recursos de compensação ambiental<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> A Fundação Florestal é Interviente Anuente do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA decorrente do licenciamento ambiental da ampliação do parque industrial da unidade agroindustrial da empresa Central Energética Moreno de Monte Aprazível Açúcar e Alcool Ltda. Processo SMA 13.570/06, tendo como objetivo a realização de estudos para proposta de ampliação das áreas naturais protegidas no contínuo formado pelos Parques Estaduais de Carlos Botelho, Intervales e Turístico do Alto Ribeira – PETAR, Estação Ecológica de Xitué e Parque Estadual Nascentes do Paranapanema – PENAP.



A criação do PENAP configurou-se como o primeiro resultado destes estudos. Situada a nordeste da EEc Xitué, a implantação desta UC certamente irá contribuir para o desenvolvimento local e regional, inclusive pela possibilidade do estabelecimento de novos roteiros ecoturísticos.

Desenvolvido entre 2012 e 2013, o Projeto Mosaico de Paranapiacaba consistiu na proposta de estudo de nove glebas, com vistas à criação do Mosaico e ampliação de áreas protegidas, contíguas às UC. Foram realizados estudos em seis destas áreas, cinco delas contíguas ao PETAR - Gleba São José do Guapiara, Gleba Lageado, Gleba Jerremias, Gleba Sem Fim e Gleba Banhado Grande e uma contígua ao PEI – Gleba Nova Trieste (Ver Figura 18 do capítulo sobre Programa de Gestão Organizacional).

#### **1.4.6 Uso Público/Educação Ambiental**

A visitação em áreas naturais, como qualquer outra atuação humana na natureza, comporta alguns efeitos que são intrínsecos ao desenvolvimento da atividade. Como a presença humana constante nestes ambientes pode causar impactos, o que se deve buscar é a minimização dos impactos negativos da visitação até níveis toleráveis e a maximização da qualidade da experiência do visitante. Para tanto, faz-se necessária não só a adoção de mecanismos de monitoramento do impacto, como também o estabelecimento de estratégias de manejo da visitação que busquem compatibilizar a conservação da natureza e a visitação em ambientes naturais (Ibama, 2005).

É interessante ressaltar que o monitoramento não pode limitar-se à simples identificação dos impactos. O monitoramento requer a adoção e a implementação de estratégias de manejo da visitação que possam efetivamente exercer mudanças e auferir a eficácia das estratégias adotadas (Ibama, 2005).

Para que o desenvolvimento da visitação nas áreas protegidas transcorra de forma satisfatória ao visitante e adequada à conservação ambiental, são necessários três elementos:

- Recursos humanos capacitados para: monitorar os efeitos da visitação, implementar as estratégias de manejo da visitação, disponibilizar informações e orientações para os visitantes, entre outras atividades.
- Instrumentos de planejamento e ordenamento da visitação.
- Infraestrutura mínima: trilhas bem implantadas, portarias, centros de visitantes, sanitários, locais para fornecimento de alimentos, bebidas e primeiros socorros.

Sendo uma estação ecológica, a EEc Xitué, apresenta maiores restrições para o uso público e atividades de visitação devem voltar-se à educação ambiental e pesquisa. A grande atratividade da área é o patrimônio histórico-cultural, representado pelos “Encanados” dos rios Ribeirão Velho e das Almas e que pode ser acessado a partir de trilha que se inicia próximo a base Barra Grande,

no PEI e que é bastante peculiar, além da possibilidade de reabertura e implantação de trilha em um antigo mirante, situado no topo da crista que divide a EEcX com a APA Serra do Mar, a nordeste da unidade.

#### **1.4.7 Gestão e Proteção**

O PEI mantinha até 2007 uma base de fiscalização nas proximidades do limite entre as duas unidades denominada Base Barra Grande, que era utilizada tanto para pesquisa como para fiscalização, e que foi incendiada por invasores (provavelmente caçadores oriundos da região do Alto Paranapanema). O PEI mantém um abrigo avançado na porção nordeste da Estação Ecológica, conhecido como “Acampamento Xitué”, utilizado como abrigo em atividades de fiscalização periódicas. Tanto a base Barra Grande como a base Xitué foram indicadas no Plano de Manejo do PEI como estruturas para implantação em caráter permanente, pois se localizam em áreas estratégicas.

Uma das dificuldades para salvar a área de depredação ao patrimônio físico por parte de caçadores e extratores clandestinos de palmito juçara é o acesso à unidade - bastante difícil - o que prejudica também o transporte de materiais de construção e manutenção de pessoal em campo para melhorar ou construir abrigos na estação.

A Estação Ecológica de Xitué conta com algumas trilhas, utilizadas pela equipe de proteção do PEI, localizada no Ribeirão Velho e o Rio das Almas (um dos principais afluentes do rio Paranapanema, cuja nascente está localizada dentro da EEc Xitué), na divisa com o PEI e fazendas do entorno.

Nos últimos anos foram observadas mudanças importantes na estrutura e funcionamento da vigilância no PEI e na EEc Xitué. Atualmente o PEI conta, além da sede administrativa, com sete bases de apoio à fiscalização (algumas com apoio a pesquisa e uso público), com equipes de pessoal fixo (funcionários e prestadores de serviço terceirizados) e que são responsáveis pela manutenção e também pelo trabalho de campo.

Esta estrutura encontra-se sobrecarregada e há dificuldades para que estes funcionários executem com eficiência os seus papéis. Isso implica em queda de rendimento das atividades de manutenção e fiscalização, dificuldade em atender todas as áreas de fiscalização e, principalmente, de implementar ações de colaboração entre estas áreas.

Em 2012 foi implantado o Sistema Integrado de Monitoramento – SIM, um programa de fiscalização das áreas protegidas de São Paulo. O SIM tem o objetivo de estabelecer ações integradas de fiscalização e monitoramento das unidades de conservação – UC, concomitante com os diversos órgãos que atuam no controle dos recursos naturais paulista.

Na prática, a Polícia Militar Ambiental, a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – CFA – da SMA, e os gestores das UC subordinadas à Fundação Florestal, ao Instituto Florestal e ao Instituto de Botânica devem atuar de forma integrada.

Em 2015 as Unidades de Conservação do Mosaico de Paranaíacaba compuseram o Polo 14 do projeto denominado Formação Socioambiental, vinculado ao SIM, cujo objetivo é “envolver diferentes agentes sociais com o desenvolvimento de abordagens aos problemas ambientais considerados nos Planos de Fiscalização.”<sup>6</sup>

A Formação Socioambiental surge de um esforço da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA), articulado a outros órgãos do Sistema Ambiental Paulista (Fundação Florestal, Instituto Florestal, Instituto de Botânica, Polícia Militar Ambiental e, mais recentemente, Coordenadoria de Educação Ambiental) para responder a questões complexas que envolvem os problemas de fiscalização. Tais problemas possuem causas de origem econômica, social, cultural, política etc. Não reconhecer sua existência e forte relação com as manifestações dos problemas reprimidas pelos agentes de fiscalização é reduzir a eficácia da gestão ambiental como um todo.

---

<sup>6</sup> São 14 Polos, ao todo, trabalhados até o momento, de definidos por uma ou mais Unidades de Conservação de Proteção Integral. O objetivo desta divisão é estabelecer relações entre estas UC e seus territórios, inclusive dialogando com outras UC que integram a região, não exclusivamente de Proteção Integral. (<http://www.ambiente.sp.gov.br/cfa/fiscalizacao/formacao-socioambiental/> acesso em março de 2016)